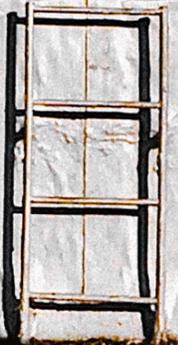
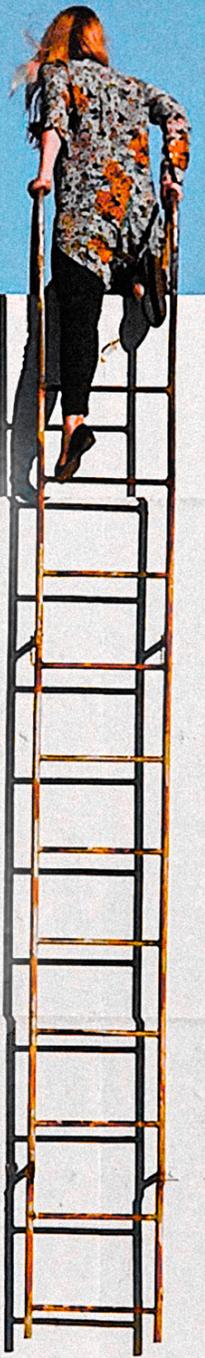


# GEOGRAFIA POLÍTICA

## Base Conceitual e Diversidade Temática

Org:  
Daniel A. de Azevedo  
Ricardo Nogueira



caliandra

Org:  
Daniel A. de Azevedo  
Ricardo Nogueira

Geografia Política:  
Base Conceitual e  
Diversidade Temática



BRASÍLIA - 2023

O conjunto que compõe este livro constitui um painel bastante amplo e consistente de questões que ocupam a agenda contemporânea da geografia política. A iniciativa é muito bem-vinda, permite ao leitor criar vínculos e conexões que não foram necessariamente previstos nos textos individualmente, mas que podem ser estabelecidos ao acaso das preocupações que guiam a leitura. Sua vocação é a de transformar-se em uma referência para todos aqueles interessados por essa área de estudo da geografia.

Paulo Cesar da Costa Gomes – Professor Titular do  
Departamento de Geografia da UFRJ

Passadas pouco mais de três décadas desde o fim da Guerra Fria e da rigidez bipolar, ainda permanecem muitas incertezas acerca da natureza da assim chamada nova ordem contemporânea. O fato é que, atualmente, ainda não há um paradigma ou concepção teórica que explique, claramente, sua ontologia, diferentemente do que ocorria no âmbito da confrontação Leste-Oeste. Assim, neste complexo cenário em que os destinos de seus atores se entrelaçam num contexto favorável a conexões da mais variada ordem, essa obra organizada pelos professores Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira, aporta relevante contribuição ao campo de estudo ao oferecer interpretações sobre a realidade mundial, reflexo das muitas incertezas que ainda permeiam os debates acerca da natureza de uma arquitetura internacional de poder notadamente assimétrica e desafiadora.

Fábio Albergaria Queiroz – Professor Adjunto  
na Escola Superior de Defesa

A transmissão acadêmica de uma disciplina deve fazer-se mediante livros que abordem suas distintas temáticas. Na Geografia Política renovada isto é mais necessário, pois muitas vezes não conhecemos as possibilidades e os limites disciplinares que apresenta na atualidade. Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira assumiram o desafio. Ademais, fizeram-no com uma decisão de enorme inteligência. O corpus da Geografia Política é elaborado a partir de autores e universidades do Brasil, e, conta, também, com autores estrangeiros, enriquecendo o resultado de um livro muito atrativo. Um livro concebido desde o Brasil, mas com vocação de tornar-se global.

Rubén C. Lois González  
Vice-Presidente da União Geográfica Internacional (UGI)

Organizadores: Daniel A. de Azevedo  
Ricardo Nogueira

Título: Geografia Política: Base Conceitual e Diversidade Temática

Volume: 1  
Local: Brasília  
Editor: Selo Caliandra  
Ano: 2023

Equipe Técnica  
Parecerista: Jackson Batista Bitencourt  
Capa: Luiz H S Cella  
Diagramação: Luiz H S Cella

Elaboração e informações  
Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Humanas  
Campus Darcy Ribeiro, ICC Norte, Bloco B, Mezanino, CEP: 70.910-900 - Asa Norte, Brasília, DF  
Contato: (61) 3107-7371  
Site: [caliandra.ich.unb.br](http://caliandra.ich.unb.br)  
E-mail: [caliandra@unb.br](mailto:caliandra@unb.br)



Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International  
(CC BY-NC-ND 4.0)

A total responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra pertence ao autor.



## Conselho Editorial

### Membros internos:

Prof. Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho (HIS/UnB) Presidente

Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza (FIL/UnB)

Profª Drª Maria Lucia Lopes da Silva (SER/UnB)

Profª. Drª. Ruth Elias de Paula Laranja (GEA/UnB)

### Membros externos:

Profª Drª Ângela Santana do Amaral (UFPE)

Profª Drª Joana Maria Pedro (UFSC)

Profª Drª Marine Pereira (UFABC)

Prof. Dr. Ricardo Nogueira (UFAM)

### Membro internacionais:

Prof. Dr. Fernando Quiles García (Universidad Pablo de Olavide - Espanha)

Profª Drª Ilía Alvarado-Sizzo (Universidad Autonoma de México)

Profª Drª Paula Vidal Molina (Universidad de Chile)

Prof. Dr. Peter Dews (University of Essex - Reino Unido)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

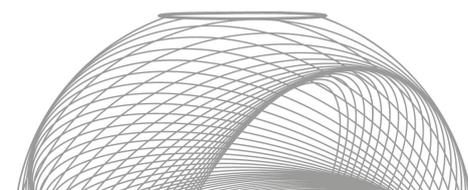
G345 Geografia política [recurso eletrônico] : base conceitual e diversidade temática / org: Daniel A. de Azevedo, Ricardo Nogueira. - Brasília : Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 2023.  
447 p. : il.

Inclui bibliografia.  
Modo de acesso: World Wide Web:  
<<http://caliandra.ich.unb.br/>>.  
ISBN 978-85-93776-04-5.

1. Geografia política. I. Azevedo, Daniel A. de (org.). II. Nogueira, Ricardo (org.).

CDU 911.3:32

# GRUPOS DE PESQUISA ENVOLVIDOS NA OBRA



# GEPEDEM

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA  
EM ESPAÇO E DEMOCRACIA

## ÍNDICE

<b>Prefácio.....</b>	<b>12</b>
----------------------	-----------

*Aldomar A. Rückert (UFRGS)*

<b>Introdução - O Campo da Geografia Política Contemporânea.....</b>	<b>13</b>
--	-----------

*Daniel A. de Azevedo (UnB) e Ricardo Nogueira (UFAM)*

## I. BASE CONCEITUAL

<b>Capítulo 01 - Trazendo o Estado de Volta.....</b>	<b>30</b>
--	-----------

*Iná Elias de Castro (UFRJ)*

<b>Capítulo 02 - Nação e Nacionalismo: as Faces de um Conceito.....</b>	<b>46</b>
---	-----------

*Ricardo José Batista Nogueira (UFAM)*

<b>Capítulo 03 - Fronteiras: Rejeição, Apego, Obsessão.....</b>	<b>66</b>
---	-----------

*Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)*

*Tradução de Ricardo Nogueira (UFAM)*

<b>Capítulo 04 - Persistência e Mudança das Fronteiras no Mundo Atual: dialogando com Michel Foucher.....</b>	<b>75</b>
---	-----------

*Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)*

*Comentário de Wanderley Messias da Costa (USP)*

<b>Capítulo 05 - Regionalizações do Mundo e Integração Macrorregional: por um Aumento da Generalidade Geográfica .....</b>	<b>89</b>
--	-----------

*Nora Mareï (Université Paris 1) e Yann Richard (Université Paris 1)*

*Tradução de Camilo Pereira Carneiro (UFG) e Eduarda Pereira Santos (UFG)*

<b>Capítulo 06 - A Paisagem na Geografia Política: da Morfologia à Paisagem como Recurso...111</b>	
--	--

*Dirceu Cadena (UFC) e Rafael Winter Ribeiro (UFRJ)*

## II. DIVERSIDADE TEMÁTICA

**Capítulo 07 - Do "Sul Global" ao "Meridionalismo": a Conscientização Geopolítica dos “Povos Sem História”.....130**

*André Roberto Martin (USP) e Izan Reis de Araújo (USP)*

**Capítulo 08 - A Espacialidade da Democracia: Entre Espaços Políticos e a Geografia**

**Eleitoral.....147**

*Daniel A. de Azevedo (UnB)*

**Capítulo 09 - Abordagens da Geopolítica Ambiental na Contemporaneidade: as Escalas das**

**Ações em um Contexto de Emergência.....174**

*Luís Paulo Batista da Silva (UFBA)*

**Capítulo 10 - Políticas Públicas e Geografia: dos Modelos Político-Institucionais para o**

**Problema da Interação Sociedade-Estado-Espaço.....195**

*Juliana Nunes Rodrigues (UFF) e Guilherme Félix Machado Filho (PPGG/UFRJ)*

**Capítulo 11 - Geopolítica e Circulação: Eixos e Articulações Macrorregionais Sul-**

**Americanos .....215**

*Hervé Théry (CNRS/USP) e Thiago Oliveira Neto (UFAM/USP)*

**Capítulo 12 - Instituição e Justiça Territorial como Possibilidade de Análise na Agenda da**

**Geografia Política.....230**

*Antonio Angelo Martins da Fonseca (UFBA)*

**Capítulo 13 - Regionalização como Gestão do Território: pelo Retorno da**

**Funcionalidade.....254**

*José Donizete Cazzolato (Centro de Estudos da Metrópole)*

**Capítulo 14 - Geografia Política e Ensino: Contribuições para a Construção de um**

**Conhecimento Geográfico Escolar Poderoso.....278**

*Rejane Rodrigues (PUC-Rio) e Marcelo Alonso Moraes (Colégio Pedro II/Escola Alemã Corcovado)*

### III. HOT SPOTS

<b>Capítulo 15 - Antártica: a Ciência como Instrumento Geopolítico.....</b>	<b>298</b>
<i>Paulo E.A.S. Câmara (UnB/ESD) e Leonardo F. Mattos (Escola de Guerra Naval)</i>	
<b>Capítulo 16 - Ásia: Geopolítica, Política Externa e a Projeção do Brasil em Direção à Ásia.....</b>	<b>313</b>
<i>Pablo Ibañez (UFRRJ) e Gustavo Westmann (Diplomata brasileiro)</i>	
<b>Capítulo 17 - Europa: Retomando o Controle? A Lição do Brexit para a Geopolítica Clássica.....</b>	<b>335</b>
<i>John Agnew (Universidade da Califórnia em Los Angeles)</i>	
<b>Capítulo 18 - Estados Unidos: a Geografia Política da Urbanização Americana e Por Que Ela é Diferente.....</b>	<b>347</b>
<i>Kevin Cox (The Ohio State University)</i>	
<b>Capítulo 19 - África: Os Conflitos na África Subsaariana: Territórios, Redes e Escalas da Conflitualidade no Sahel Central.....</b>	<b>368</b>
<i>Frédéric Monié (UFRJ) e José Guambe (Universidade Pedagógica de Maputo/Moçambique)</i>	
<b>Capítulo 20 - América Latina: Geografia Política das Crises Presidenciais na América Latina: Estabilidade Institucional, Viés Ideológico e Padrões Territoriais.....</b>	<b>396</b>
<i>Christian Fernando Scaramella (Universidad de Buenos Aires/FLACSO)</i>	
<b>Capítulo 21 - As Guianas: Labirintos Geopolíticos das Três Guianas nos Processos de Cooperação e Integração Regional.....</b>	<b>416</b>
<i>Gutemberg de Vilhena Silva (UNIFAP), Stéphane Granger (Liceu Melkior Garré – Guiana Francesa), Bruna Brito Bastos (UNIFAP)</i>	
<b>Sobre os Autores.....</b>	<b>438</b>



**PARTE I**

**BASE**

**CONCEITUAL**

# TRAZENDO O ESTADO DE VOLTA

**Iná Elias de Castro**

*Universidade Federal do Rio de Janeiro*

*inacastro@uol.com.br*

## Introdução

O título do texto foi inspirado no livro *Bringing the State Back In* (Evans; Rueschemeyer; Skocpol, 1985), coletânea que reúne resultados de pesquisas em torno do estado<sup>2</sup> em diferentes países, e as condições históricas e territoriais do seu desenvolvimento. Sua conclusão traça um roteiro para a compreensão do estado na atualidade e sintetiza os termos do debate necessário e inconcluso, mas com boas indicações do melhor caminho a seguir. A questão que subsome todas as análises é o problema da sua autonomia e as implicações teóricas e analíticas das pesquisas nessa perspectiva. Os textos são inspiradores e serão aqui referenciados, embora não sejam a única fonte para aquilo que é problema central na Geografia Política: as condições históricas e geográficas que tornaram possível o surgimento do estado e o debate sobre sua autonomia.

O objetivo deste trabalho é recuperar o que é inerente à história da formação do estado moderno que se desenvolveu na Europa ao longo dos últimos séculos, delineando possíveis marcos teóricos úteis à análise da atualidade. A opção por esse recorte decorre da necessidade em compreensão o modelo transplantado para o mundo com a hegemonia da modernidade europeia a partir do século XVI. As injunções particulares dos territórios e das sociedades submetidos àquele modelo ajudam a explicar as diferenças encontradas entre os estados centrais e aqueles na periferia.

Longe de estar esgotado, o tema se renovou a partir da década de 1980 com a perspectiva teórica da Ciência Política centrada nas instituições que busca ir além daquela da Sociologia, teimosamente centrada na sociedade (Skocpol, 1985). Sem ser um mero instrumento a serviço da classe capitalista, como indicou o marxista Claus Offe (1984), o estado serve e se serve da sociedade capitalista de classes. Indo, portanto, além do debate em torno da demonização do estado em algumas vertentes da Geografia por ser, como afirma John Hall (1992), o melhor capitalista, é importante identificar suas funções para além daquela mais básica de defesa da soberania territorial, aliás, fundamental para um país como a Alemanha no século XIX, devido à sua

---

2 Optamos pela minúscula no termo estado, deixando a maiúscula para a referência a Estados em particular.

insegurança geopolítica – problema central para as análises de Friedrich Ratzel (1988).

Tomando a guerra como ponto de partida para o longo processo histórico de formação dos estados na Europa, especialmente na França e Inglaterra, Tilly (1985) identifica outras funções cruciais que lhes são vinculadas, quais sejam: a cobrança de impostos; a criação de instituições necessárias às funções do estado; e, a proteção. E ainda, os seguintes problemas são identificados como centrais na formação do estado moderno europeu: a guerra, os impostos, a proteção e a representação política como coadjuvante para a formação da sociedade civil (Tilly, 1985). Estes constituem partes integrantes de um modelo de análise do tema, ainda negligenciado na Geografia desde os anos 1970.

O eixo central da recuperação do estado neste trabalho situa-se no problema da territorialidade do modelo e nas injunções geopolíticas do seu desenvolvimento. Como destaca Skocpol (1985, p.7) “[...] o estado moderno como o conhecemos, [...] sempre foi, desde seu nascimento na história europeia, parte de um sistema de estados concorrentes e mutuamente envolvidos”. Ou seja, não é possível pensar o seu surgimento e o seu desenvolvimento histórico fora desses marcos. Isso vale para os estados cujas instituições foram transplantadas pelo processo de colonização desde o século XVI.

A pergunta que muitos farão é: por que o estado ainda interessa? E a resposta para a Geografia é óbvia: a centralidade territorial do seu poder afeta cada cidadão, a organização de seus espaços de vida, bem como as relações entre as nações; sua existência e formato importam a todos que são afetados por políticas públicas ou por sua ausência, e não seria sensato ignorá-lo como problema. Para avançar no tema, o uso de um eixo teórico conceitual que vai além do exaustivo debate entre perspectivas materialistas e liberais, cada qual presa às suas convicções finalistas, me parece interessante. Nos dois casos, a teleologia do fim do estado pela superação da luta de classes ou pelo domínio da autorregulação do mercado em todos os setores da vida social, tem sido desmentida pela história.

A discussão aqui proposta está dividida em duas partes. Na primeira, apesar das muitas discussões conceituais que opõem liberais e marxistas quando o tema é o estado, proponho uma abordagem institucionalista que muda o foco para a disputa da sua autonomia frente àquela da sociedade civil. Assim, tomo como suporte as pesquisas de Skocpol (1979, 1985), Hall (1992), Mann (1992) e suas críticas inovadoras às limitações das principais matrizes conceituais que desconsideram o poder da base territorial do aparato institucional do estado em afetar e ser afetado pela economia e pela sociedade. A contribuição desses autores para o debate teórico sobre os fundamentos e a funcionalidade do estado capitalista vai muito além da sua centralidade territorial –recorte que me parece, nos limites deste texto, importante para a Geografia.

Na segunda parte, proponho uma síntese do modelo desenvolvido por Tilly (1985) sobre o longo processo de *state building* na Europa Ocidental. Seu argumento “ênfatisa a interdependência entre fazer a guerra e fazer o estado e a analogia entre ambos os processos e o que, quando menos bem-sucedido e menor em escala, chamamos de crime organizado” (Tilly, 1985, p.170). Ao centralizar no estado a violência legítima, desarmando as classes superiores, o monopólio da violência representou

uma conquista que alterou profundamente a natureza da política, bem como da qualidade de vida cotidiana. Os achados de sua pesquisa constituem pontos de partida interessantes para outros autores na identificação de certas condições fundadoras do estado moderno, tais como: a guerra, os impostos, a proteção e, posteriormente, a formação do contribuinte como base da sociedade civil, que de algum modo se reproduziram em outros países. Tais condições variam em contextos históricos diferentes, tornando-se pontos de partida que nos auxiliam na compreensão do processo de *state building* em outras sociedades de desenvolvimento mais recente, como a América Latina, por exemplo.

Nas considerações finais, proponho algumas reflexões sobre as possibilidades de análise da formação do estado no Brasil a partir de alguns elementos dos modelos de análise oferecido pelos autores aqui explorados.

## Autonomia do estado ou da sociedade?

O presente texto parte do suposto da importância do debate sobre o estado a partir das condições históricas da sua formação, que incluem as relações sociais e as bases institucionais que afetam os processos sociais e políticos. Abre-se a possibilidade de avançar para além dos paradigmas teóricos dominantes nas Ciências Sociais comparadas fortemente centradas nas sociedades e que não percebiam os estados como estruturas organizacionais ou como atores potencialmente autônomos (Evans; Rueschemeyer; Skocpol, 1985, p.vii). O estado é, portanto, cada vez mais percebido como um ator que é influenciado e influencia a sociedade, bem como molda processos sociais e políticos.

No artigo introdutório da coletânea supracitada, Theda Skocpol chama a atenção para o aumento do interesse das Ciências Sociais sobre os estados, como ator ou instituição e destaca os estudos comparativos de diferentes tendências teóricas, não apenas na Europa, mas também na América Latina, África e Ásia. Em contraste com as tendências de generalizações abstratas dos teóricos marxistas que, prisioneiros do modo de produção, da acumulação capitalista ou da posição no sistema capitalista mundial, não captam as diferenças territoriais e locais do modelo estatal, os novos estudos trazem informações sobre o papel das instituições dos diferentes estados para o desenvolvimento nacional e negociações com corporações multinacionais em contextos diferentes. Para a autora, na perspectiva da vitória do capitalismo industrial,

da Pax Britannica do século XIX à Pax Americana do período pós-Segunda Guerra Mundial, as ciências sociais ocidentais conseguiram manter seus olhos amplamente desviados da centralidade explicativa dos estados como atores organizacionais potentes e autônomos (Skocpol, 1985, p.6).

É evidente a importância de considerar a temporalidade e a espacialidade dos marcos institucionais dos estados que, para os autores e colaboradores daquela cole-

tânea, constituem uma mudança paradigmática nas Ciências Sociais, que implica repensar o papel dos estados em relação às economias e às sociedades. Scokpol chama ainda a atenção para o argumento de Max Weber sobre serem os estados

associações compulsórias que reivindicam o controle sobre os territórios e as pessoas dentro deles. Organizações administrativas, legais, extrativistas e coercitivas são o núcleo de qualquer estado. Essas organizações são estruturadas de forma variável em diferentes países e podem estar inseridas em algum tipo de sistema representativo constitucional de tomada de decisões parlamentares e disputas eleitorais para cargos executivos e legislativos importantes (Scokpol, 1985, p.19).

Tais argumentos vêm ao encontro daqueles sobre a necessidade de buscar novos paradigmas de análise na Geografia que problematizem o estado como um modelo político, social e territorial, e que ultrapassem os limites estritos do economicismo estruturalista, que, ao focar a economia política, desconsidera qualquer possibilidade de fazer dos estados um objeto consistente de investigação (Castro, 2005, 2009).

Embora continue sendo o melhor capitalista, como apontou Hall (1992), a sobrevivência dos estados e a legitimidade de sua ação institucional passa necessariamente pela sua capacidade extrativa e distributiva que se organiza no campo da política e pela tarefa de defender a soberania territorial, uma vez que não existe estado isolado, mas sim, um sistema de estados em equilíbrio sempre precário.

Aqui vale acrescentar que no processo histórico de formação e consolidação dos estados nacionais, a remoção das autonomias regionais e a integração logística de diferentes partes do território, ao mesmo tempo que favoreceu o capitalismo, aumentou o próprio poder do estado e sua legitimidade frente à sociedade. Como veremos na segunda parte deste texto, a capacidade de coletar impostos, inicialmente para as guerras e, posteriormente, para fazer frente ao custo do aparato estatal e suas políticas públicas, torna os interesses da economia capitalista e das instituições do Estados claramente convergentes. Nunca é demais lembrar que o aparato estatal é caro.

Não ignoro todo o debate sobre as diferentes matrizes conceituais que fundamentam diferentes teorias dos estados, como bem sintetizaram Evans (1985), Skocpol (1985), Hall (1992), Mann (1992; 1993), e a prevalência das matrizes neomarxistas na Geografia Crítica – o que explica a pouca atenção dada ao tema na disciplina. Por isso, considero os argumentos que relativizam a prevalência do capitalismo como único fundamento explicativo para as relações estados-sociedade bem mais consistentes para a agenda da Geografia Política. Como exemplo, Hall atenta para o fato de que

a capacidade estatal é sua habilidade de atingir seus objetivos. Entre esses frequentemente estão a imposição de leis, a regulação e a taxação de atividades econômicas e o fornecimento de infraestruturas e outros serviços públicos (Hall, 1992, p.39).

Ainda, em contraponto às correntes anarquistas no século XIX, e mesmo no século XX, têm-se análises históricas que buscam identificar as condições de aparecimento de um estado primitivo como resposta à necessidade de normas sociais estabelecidas para manter a unidade de tribos, clãs, povos etc., à medida que as sociedades alcançavam formas mais complexas de coesão e unificação (Gamble, 1992; Acemoglu; Robinson, 2022). Sem falar nos contratualistas, como Hobbes, que argumentou sobre a necessidade do Leviathã para superar a condição de guerra de todos contra todos no estado de natureza, e como solução para o temor da morte violenta e para evitar uma vida solitária, pobre, embrutecida e curta. Muitas são as perspectivas da necessidade do estado como condição de garantia da ordem social, em diferentes tempos e espaços. Portanto, antes de serem úteis ao capitalismo, normas territorialmente centralizadas são necessárias à reprodução social.

Indicada a importância de pensar o estado a partir da sua utilidade social e centralidade territorial, é necessário, neste ponto, trazer os termos da discussão sobre a sua autonomia, elaborados por Michael Mann (1992 apud Castro, 2009)<sup>3</sup>. O texto aqui apresentado recupera seus apontamentos a propósito da dimensão do poder autônomo do estado, que se fundamenta em sua centralidade territorial. Para Mann (1992, p.168-173), centralidade e territorialidade estão na base dos dois tipos de poder do estado que ele denomina de *poder despótico*, isto é, a “a extensão das ações que a elite estatal é capacitada a empreender sem a negociação de rotina, institucionalizada, com grupos da sociedade civil” e de *poder infraestrutural*, que “deriva das técnicas logísticas que ajudaram na penetração efetiva do estado na vida social”. Ou seja, “a autonomia do estado, tanto na sua forma despótica quanto na infraestrutural deriva da sua capacidade única em prover uma forma de organização centralizada territorialmente” (op. cit., p.164). Se a argumentação a favor dessa autonomia é consistente, o estado torna-se, ele mesmo, um objeto de investigação importante para a Geografia. E o conceito de território adquire uma consistência nova, pois, para além de arena, ele se torna a própria essência da institucionalidade moderna da política.

A perspectiva de derivar o poder autônomo do estado da sua centralidade territorial coloca para a Geografia um desafio, na medida em que o território é a base daquele poder e implica a disciplina no debate sobre a relutância em aceitar esta autonomia, cuja ausência total é propugnada pelas tradições marxista, liberal e funcionalistas, que reduziram o estado à arena na qual se debatem as estruturas pré-existentes da sociedade civil ou pela aceitação de uma “autonomia relativa” pelos marxistas recentes (Mann, 1992).

A fim de argumentar sobre os possíveis desdobramentos conceituais e empíricos do fundamento territorial do estado-nação para a Geografia Política, apresento o problema da relação entre os poderes despótico e infraestrutural examinado minuciosamente por Michael Mann (1992; 2006) na sua busca das origens do poder social – ambição, aliás, sempre perseguida pelas melhores mentes das Ciências Sociais. Em seguida, volto ao debate do tema recorrente, mas sempre oportuno, da incorporação

---

3 Parte extraída de Castro, I. E. O território e o poder autônomo do Estado. Uma discussão a partir da teoria de Michael Mann. In: Mendonça, Francisco; Lowen-Sahr, Cecilian Luiza; Silva, Marcia (Orgs). Espaço e tempo. Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba, ADEMAN, 2009, p.579-594.

do estado, seu território e suas instituições, à agenda da pesquisa em Geografia, porém ultrapassando a perspectiva que frequentemente o reduzia a um epifenômeno de uma hegemonia transcendente do capital que explica tudo, desde o pipoqueiro da esquina até as decisões dos grandes conglomerados empresariais contemporâneos.

A teoria do poder do estado foi apresentada por Mann em 1984 e, posteriormente, desenvolvida e aplicada no volume II do seu *The sources of social power* de 1993 (Mann, 2003). O problema da autonomia do poder do estado, portanto, faz parte da sua questão maior, que deu origem aos dois volumes de sua pesquisa sobre as origens do poder na sociedade<sup>4</sup>. Sua teoria define quatro origens do poder social – ideológico, econômico, militar e político – que fundamentalmente determinam a estrutura das sociedades ao longo da história, cada qual atuando em inter-relação com os outros e alcançando condições diferenciadas de dominação ao longo do tempo e do espaço. E a questão que perpassa todo o seu trabalho é: “[...] quais as relações entre estas quatro origens de poder? É uma ou mais dessas que estrutura a sociedade em última instância” (Mann, 1992, p.1)? Sua resposta rejeita tanto a afirmação de Marx e Engels sobre o domínio das relações econômicas em “última instância”, como a perspectiva pessimista de Max Weber sobre a impossibilidade de qualquer generalização significativa a respeito das “estruturas da ação social”.

Para Mann (2003), no século XVIII se faziam presentes duas origens de poder social, quais sejam: 1) Militar; e, 2) Econômica, que foram preponderantes na determinação da estrutura social ocidental. A primeira, estabelecendo a predominância do poder despótico, enquanto a segunda, determinava o domínio do poder “difuso”. Como os dois estavam tão intrinsecamente relacionados, aquele autor afirma que a nenhum poder seria possível atribuir uma causalidade em última instância. No século XIX, como o poder militar foi subsumido no estado moderno e o capitalismo continuou a revolucionar a economia, as origens dos poderes sociais eram explicadas pelos poderes político e econômico que se tornaram dominantes. O capitalismo e suas classes que, para ele, exercem o *poder difuso*, e os estados e suas nações, formas de *poder coletivo*, tornaram-se atores decisivos nos tempos modernos; o primeiro, ainda promove mais espalhamento e ambiguidade, ao passo que, o segundo, promove mais autoridade na resolução desta ambiguidade. Como classes não são puramente econômicas nem estados são puramente políticos (Mann, 2003), ambos estão intrincados e não é possível estabelecer uma primazia particular a um ou a outro.

Em sua análise da história da formação dos estados europeus nos séculos XVIII e XIX, Mann (2003) aponta o militarismo como uma forma de poder que se tornou progressivamente autônomo. A diferença para os períodos anteriores é tanto a organização como a burocratização que tornou o poder militar uma força doméstica de controle tanto social como territorial. Guerras e conquistas territoriais colocavam o território e a geopolítica no centro das disputas entre os estados nesse período, ao passo que os avanços tecnológicos consolidaram esta fonte de poder como a base do poder despótico do estado (Mann, 2003). Como destaca Weiss (2006, p.172), “a real inovação, entretanto, reside na sua compreensão de que o poder do estado (*coletivo*)

---

4 Seu projeto de estudo das origens do poder social engloba quatro volumes. O volume I vai até 1760, o volume II até 1914, o volume III cobrirá o século XX e o volume IV será a conclusão teórica.

se apoia nos recursos organizacionais ou nas técnicas logísticas que os estados modernos desenvolveram em virtude de sua centralidade sobre um território particular”.

Diferente de outros atores do poder, os estados têm uma distinção organizacional que está delimitada por um espaço geográfico particular – o que define sua centralidade territorial, conferindo-lhe, em princípio, uma utilidade para outros atores dentro deste espaço, cujo alcance organizacional pode ser diferente. A perspectiva de uma utilidade em princípio da centralidade territorial do estado oferece à reflexão em Geografia um recurso heurístico inestimável, pois recoloca o território como o epicentro das reflexões teóricas e investigações empíricas da disciplina.

É, portanto, interessante explorar diretamente o texto de Mann (1992) e seus argumentos sobre as origens, os mecanismos e os resultados do poder autônomo do estado. Estes são considerados um avanço teórico e um inestimável recurso de análise das diferenças históricas entre os estados e para conhecer a natureza das diferenças contemporâneas de poder entre os estados industriais em uma era de globalização (Weiss, 2006).

Para Mann (1992), o estado é definido pelas suas duas partes essenciais, a saber: 1) Centralidade; e, 2) Territorialidade, discutidas em relação aos dois tipos de poder – *despótico* e *infraestrutural*. A autonomia do estado, tanto na sua forma despótica quanto na infraestrutural, deriva da sua capacidade única em prover uma forma de organização centralizada territorialmente (Mann, 1992). Vale ressaltar que os estados históricos, mesmo aqueles que definiram normas legais para todo o território sob sua jurisdição, como o Império Romano, por exemplo, possuíam fortes constrangimentos infraestruturais e precisavam dividir o poder político com os notáveis locais – o que os tornava muito mais territórios federais do que um poder político territorialmente centralizado (Mann, 1992). Neste sentido, a luta pela posse, pelo controle e pela submissão legal do território foi e tem sido uma questão central na história de todos os estados modernos.

Dialogando com teóricos que extraem de Marx e Weber elementos que, para Mann (1992), acabam conduzindo a uma teoria dual do estado que identificaria duas dimensões – o aspecto doméstico, econômico/ideológico, e o aspecto militar, internacional dos estados –, aquele autor propõe uma ruptura mais radical, penetrando, assim, “[...] no coração da autonomia do estado, sua natureza, grau e consequência [...] e argumentar que o estado é mera e essencialmente uma arena, um lugar, e, contudo, isto é a própria fonte da sua autonomia” (Mann, 1992, p.165-166).

Seu argumento é que nas modernas democracias capitalistas, a ideia de poder do estado refere-se muito mais ao poder infraestrutural, ou seja, à “capacidade de o estado realmente penetrar a sociedade civil e de implementar logisticamente as decisões por todo o seu domínio” (Mann, 1992, p.169), do que ao poder despótico exercido pelas elites do estado no passado ou nos regimes ditatoriais.

As intromissões infraestruturais do estado são imensas: avaliar e taxar renda e riqueza na fonte sem o nosso consentimento; estocar e utilizar informações sobre cada um de nós; poder fazer cumprir sua vontade

no mesmo dia em quase todos os lugares sob o seu domínio; sua influência sobre a economia global é enorme; ele até provê diretamente a subsistência da maioria de nós (via empregos que oferece, as pensões previdenciárias etc.). O estado hoje penetra na vida cotidiana mais do que qualquer estado histórico. Seu poder infra estrutural cresceu enormemente (Mann, 1992, p.169).

Neste ponto Mann (1992) se coloca a questão: mas quem controla esses estados? Ao contrário do passado, não é mais uma elite estatal autônoma que o faz – o que torna os estados nas democracias capitalistas despoticamente fracos, mas infraestruturalmente fortes. Distinguindo os dois tipos de poder, aquele autor esclarece que o primeiro denota o poder da própria elite estatal *sobre*<sup>5</sup> a sociedade civil e, o segundo, o poder do estado de penetrar e centralmente coordenar as atividades da sociedade civil através da sua própria infraestrutura (Mann, 1992).

No entanto, o autor reconhece que os poderes infraestruturais são uma característica geral da própria sociedade, pois advém dos avanços tecnológicos e das necessidades das relações sociais, colocando-se a questão da circunstância em que eles são apropriados pelo estado, das situações que possibilitam ao estado obter poder despótico e, a partir daí, a origem do seu poder autônomo. A sua proposta desdobra-se em três estágios, a saber: 1) A necessidade do Estado; 2) A multiplicidade de funções; e, 3) Sua centralidade territorial, que ele considera efetivamente novo, ao contrário dos dois primeiros já identificados pela teoria recente.

Para Mann (1992), a natureza institucional, territorial, centralizada, é a mais importante pré-condição do poder do estado, pois, mesmo se os mecanismos de poder utilizados pelo estado são os mesmos utilizados em todos os relacionamentos sociais,

o poder do estado é irredutível em um sentido socioespacial e organizacional bastante diferente. Só o estado é inerentemente centralizado em um território delimitado, sobre o qual ele tem um poder autoritário. [...] O estado é realmente um lugar – tanto um lugar central, quanto um alcance territorial definido (Mann, 1992 p.187).

Aqui se estabelece a diferença entre os outros agrupamentos econômicos de poder – classes, corporações, feudos, *oikos* etc. – que existem normalmente em relações descentradas, competitivas ou conflituais uns com os outros. Do mesmo modo, o escopo das instituições econômicas modernas não é territorial, pois, elas controlam uma função especializada e podem procurar estendê-la transnacionalmente, mas não governam o território em torno das suas fábricas (Mann, 1992).

Seus argumentos conduzem à afirmação de que estado pode promover uma grande mudança social por consolidar a territorialidade, o que não teria ocorrido sem ele.

---

5 Grifo no original.

A importância desse papel está em proporção direta aos seus poderes infraestruturais, ou seja, quanto maior eles forem ou se tornem, maior será a territorialização da vida social. Em sua longa argumentação sobre a centralidade territorial como a base do poder autônomo do estado Mann (1992, p.201) pergunta “[...] quão territorializadas e centralizadas são as sociedades?” E conclui:

esta é a questão teórica mais significativa, na qual encontramos os estados exercendo uma força maciça sobre a vida social, e *não* o terreno mais tradicional de disputa, o poder despótico das elites estatais sobre as classes ou sobre outras elites. Os estados são centrais à nossa compreensão do que é a sociedade. Onde os estados são fortes, as sociedades são relativamente territorializadas e centralizadas. Esta é a afirmação mais geral que podemos fazer acerca do poder autônomo do estado (Mann, 1992, p.201-202).

Sem entrar na polêmica suscitada pela elaboração dos argumentos de Mann (1992) e compreendendo que o sentido que ele atribui aos termos “territorialidade” e “territorialização” da vida social se refere ao processo de submissão dos diferentes grupos sociais aos poderes infraestruturais do estado, sua proposição é útil ao campo da investigação na Geografia sobre a relação entre o estado e o território. Seja pela apresentação e discussão minuciosa das diferentes correntes conceituais sobre esta relação, seja pela sua questão central que coloca o território como parte essencial da natureza do poder autônomo do estado.

Nesse sentido, os *insights* de Mann (2003) abrem duas possibilidades: uma que se soma aos esforços dos teóricos da disciplina, que podem encontrar em suas análises uma fonte de argumentos capazes de alimentar um proveitoso debate; outra que permite discernir os componentes relevantes para estabelecer um modelo de análise útil à compreensão da gestão do espaço, tomando como ponto de partida a assertiva daquele autor de que estados são territoriais e territórios são moldados de modo muito particular.

Tal discussão é oportuna tanto para recuperar na Geografia a tradição teórica da Geografia Política de Ratzel (1988), um analista perspicaz do seu tempo e espaço, que teorizou sobre o poder despótico oriundo da fase militarista da organização do poder social que se estendeu do século XVIII ao XIX, segundo as proposições de Mann (2003). Mas também recuperar as discussões propostas por Jean Gottmann (1952), cuja reflexão de forte caráter teórico sobre a realidade do século XX se voltava mais para o poder infraestrutural que colocava o território como a arena por excelência da ação dos atores estatais. A polêmica está aberta e propõe um verdadeiro espaço para a dúvida – o que permite buscar novas questões ou novas respostas para velhas questões.

## Fazer a guerra e fazer o Estado

O ponto de partida da guerra para a defesa ou a conquista de territórios como uma das condições fundadoras da formação do estado moderno e da mudança social na Europa, em particular na França e no Reino Unido, a partir de 1650, foi um importante *insight* de Charles Tilly (1985) e inovou a análise histórica nas Ciências Sociais. Sua contribuição teórica e metodológica às pesquisas sobre o estado, o nacionalismo, o conflito, a violência coletiva, as ações coletivas e os movimentos sociais, continua sendo debatida na atualidade e tem ajudado na perspectiva de retomada da reflexão sobre o estado (Scokpol, 1985; Alonso; Guimarães, 2004; Bringel, 2012).

Para aquele autor, a guerra faz os estados, mas ela é cara e necessita de recursos financeiros.

O banditismo, a pirataria, a rivalidade entre gangues, o policiamento e a criação de guerra pertencem todos ao mesmo *continuum*. Para o período historicamente limitado em que os estados nacionais estavam se tornando as organizações dominantes nos países ocidentais (...) o capitalismo mercantil e a construção do estado se reforçaram mutuamente (Tilly, 1985, p. 170).

A análise histórica de Charles Tilly (1985) sobre a relação entre o fazer a guerra e o fazer o estado é instigante na medida em que, naqueles países estudados, as diferentes formas de banditismo foram sendo progressivamente submetidas ao monopólio da força das organizações dos estados. Tais organizações tomaram para si os meios de organizar a violência de forma relativamente centralizada, chamada estado, “cujos funcionários reivindicam com mais ou menos sucesso o controle sobre os principais meios concentrados de violência em uma população que habita um grande território contíguo” (Tilly, 1985, p. 170).

Algumas considerações são necessárias a partir da ideia da guerra, dos diferentes tipos de violência e criminalidade e do capitalismo mercantil. O custo da guerra e do controle do banditismo requeria uma organização eficiente de extração centralizada de recursos financeiros via taxas e impostos. Paralelamente, a classe dos comerciantes precisava contribuir com parte desses custos, como compensação à proteção de seus interesses. Neste sentido, a análise histórica de Tilly (1985) da formação dos estados estudados foi capaz de oferecer um modelo simplificado, no qual, ao fazer a guerra, os estados se constroem (processo de *state building*), organizam a extração em territórios delimitados via imposição de taxas e impostos e oferecem proteção aos habitantes submetidos à sua jurisdição. Mas, o autor ressalva que onde o processo de construção do estado não foi capaz de estabelecer o monopólio da violência legítima centralizado em todo o território, sobram as formas de banditismo e de rivalidade entre gangues – problema bem conhecido na América Latina e na África. Ou seja, na formação do estado moderno europeu, o conflito e a guerra estiveram presentes em uma dialética que varia entre a utilização intensiva da coerção ou a

utilização intensiva do capital. Portanto, este foi um processo histórico que implicou guerras e seus custos, além de violência, coerção e capital disponível para arcar com as despesas necessárias à defesa e proteção dos interesses da classe dirigente nos seus territórios. Assim, não é estranho que o desenvolvimento do capitalismo também tenha facilitado a acumulação de meios para operar estados fortes.

Tilly (1985) chama ainda a atenção para o fato de que aqueles que controlavam os estados em formação guerrearam para controlar ou superar seus concorrentes e, assim, aproveitar as vantagens do poder dentro de um território seguro ou em expansão, sem a necessária intenção de criar estados nacionais, ou seja, organizações políticas centralizadas, diferenciadas, autônomas e extensas. Sendo assim, as distinções entre usuários “legítimos” e “ilegítimos” da violência só se tornaram claras muito lentamente, no processo durante o qual as forças armadas do estado se tornaram relativamente unificadas e permanentes. No início desse processo, muitas partes compartilharam o direito de usar a violência, e a linha incerta e elástica entre aquela “legítima” e a “ilegítima” apareceu nas esferas superiores do poder. É, pois, no processo de delimitação mais clara e formal desta linha, que o papel da sociedade e das instituições políticas foram fundamentais.

Outro ponto interessante indicado por Tilly (1985) é a questão da pouca importância do tamanho do território dos estados europeus em formação. O poder bélico no período era muito mais naval, embora o custo da defesa terrestre tenha favorecido a conquista de territórios pelos estados que possuíam bases fiscais mais sólidas. Mesmo se as unidades políticas menores, como as cidades-estado, por exemplo, tenham sido absorvidas por unidades políticas maiores antes de 1600, a persistência de uma Polônia e Rússia com grandes territórios, mas frouxamente unidos, torna ambígua a alegação de um aumento significativo na escala geográfica durante a formação dos estados europeus. A fragmentação do território europeu é uma evidência dessa constatação.

Em seu papel histórico de organizar a violência, os agentes do estado deram continuidade a quatro diferentes atividades: fazer a guerra, eliminando ou neutralizando seus próprios rivais nos territórios de seus interesses; construção do estado pela eliminação de seus rivais dentro desses territórios; proteção pela eliminação ou neutralização dos inimigos de seus clientes; e, extração, via taxas e impostos, para obter os meios de realizar as três atividades anteriores. Dois desdobramentos dessas atividades foram importantes nos processos subsequentes de mudanças sociais naqueles estados – a organização de estruturas fiscais e contábeis necessárias à extração e a organização de tribunais e assembleias representativas para reivindicar a proteção, que passou a ser um dever do estado àqueles que lhes dava suporte (proprietários de terras, clérigos e servidores do monarca). Porém, a forte resistência popular à guerra no processo de *state building* obrigou as autoridades a fazerem concessões estendendo a garantia de direitos, o acesso às instituições representativas e às cortes de apelação a outras camadas da sociedade. Neste sentido, a própria organização e o desdobramento da violência responderam por grande parte da estrutura característica dos estados europeus, ao passo que o tamanho do governo variou diretamente com as taxas de custo/recurso de extração, construção do estado, proteção e guerra (Tilly, 1985). Ao definir a guerra, a extração e a proteção como problemas centrais no

processo de formação dos estados europeus, Tilly realça a dimensão espacial do processo que progressivamente definiu o marco da centralidade territorial e institucional do poder político, como estudado por Mann.

A continuidade do processo histórico de consolidação dos estados como associações compulsórias que reivindicam o controle sobre os territórios e as pessoas dentro deles, segundo Max Weber, produziu organizações administrativas, legais, extrativistas e coercitivas que são o núcleo de qualquer estado (Weber, 2004). Essas organizações são estruturadas de forma variável em diferentes países e podem estar inseridas em algum tipo de sistema representativo constitucional de tomada de decisões parlamentares e disputas eleitorais para cargos executivos e legislativos importantes. Porém, nunca é demais lembrar que desde seu nascimento na história europeia, as estruturas e ações estatais são condicionadas por contextos transnacionais historicamente mutáveis e que o estado moderno vigente faz parte de um sistema de estados concorrentes e mutuamente envolvidos (Scokpol, 1985).

Na perspectiva do modelo institucional do estado moderno que foi imposto ao mundo a partir da hegemonia europeia, apesar do duro processo de formação, ele representou um avanço frente às condições de rígidas hierarquias sociais que o processo foi capaz de romper. E ainda, é na atualidade a instituição política mais importante pela delimitação do território para o exercício do mando e da obediência, segundo normas e leis estabelecidas e reconhecidas como legítimas, sendo possível, legalmente, a coerção física em caso de desobediência. Tal modelo, nascido nas condições históricas do ocidente capitalista – individualista e liberal – difundiu-se pela periferia do sistema, levando consigo os ideais de progresso, civilização e desenvolvimento como percursos essenciais para alcançar aquilo que, no centro do sistema, era apresentado como os marcos civilizatórios mais próximos daquela utopia. No entanto, se como modelo abstrato, o estado moderno pôde ser pensado a partir da formulação de um contrato, seja nos moldes propostos por Hobbes, Locke ou por Rousseau, seja na perspectiva de um espírito absoluto superior proposto por Hegel, a perspectiva da História e da Geografia obriga a pensá-lo como instituição fortemente ancorada nos tempos e nos espaços sociais (Castro, 2004).

Em realidade, o pacto legitimador do estado moderno se faz a partir da articulação de vetores externos – a soberania conferida por outros estados, inaugurada no Tratado de Westfalia – e de vetores internos, a soberania das normas centralizadas, garantida pela obediência civil. Não é possível, portanto, compreender tal instituição sem considerar o pacto externo – legitimador da sua soberania – e o “contrato social” interno – legitimador da centralidade territorial de obediência às suas normas. O estado moderno tem, pois, evoluído no tempo e no espaço como resultado da interação dinâmica dessas forças, externas e internas (O’Donnell, 1980).

As condições atuais que afetam tanto a forma como as funções do estado são fortemente influenciadas pelo novo paradigma tecnológico que impõe competitividade, velocidade e inovações, que favorecem o capital financeiro e as grandes empresas. Na escala mundial, estas condições resultam no processo de globalização com todas as consequências conhecidas: enfraquecimento das economias nacionais; redefinição das relações internacionais com a busca de novas solidariedades regionais; protecionismos; e, conflitos de interesses entre estados centrais e periféricos. Na escala

nacional, o aumento e a complexidade das demandas sociais confrontam-se cada vez mais com aparatos estatais que enfrentam grandes dificuldades fiscais para fazer frente a essas demandas. Em todo o mundo, os estados, ricos ou pobres, devem confrontar-se com imposições externas e internas que exigem reformas e adequações para atender às novas exigências e aos compromissos assumidos em nome das solidariedades regionais e para satisfazer pressões das suas sociedades civis sobre a variedade e qualidade dos seus serviços.

Nascido da guerra, do capitalismo mercantil e dos impostos, como argumentou Tilly (1985), o desenvolvimento das organizações do estado moderno produziu efeitos benéficos não esperados. A ampliação dos recursos de controle social sobre os aparatos de coerção do estado resultou naquilo que Daron Acemoglu e James Robinson (2022, p.163) chamam de “Leviathã aguilhado”, ou seja, o estrito controle da sociedade sobre as instituições extrativas e coercitivas do estado. Mas também o controle sobre a aplicação dos recursos extraídos da sociedade, por exemplo, favoreceu, em muitos países, o nascimento do Estado de Bem-Estar. E ainda, no processo estudado por aqueles autores, tem-se o papel das instituições do estado moderno em romper a “gaiola de normas”, ou seja, o sistema legal que preserva sociedades rigidamente estratificadas e desiguais. Portanto, não é exagerada a visão do estado como um avanço civilizatório da modernidade, apesar de seus percalços.

O estado é, pois, uma instituição e, como tal, está inscrito nos tempos do território e da sociedade. É desta inscrição que resulta o processo de transformação a que ele se encontra frequentemente submetido. Como a relação entre a forma institucional estado com a forma instituinte sociedade civil é dialética, o estado, por princípio, incorpora a dinâmica das mudanças, mesmo que nele elas sejam mais lentas do que aquelas que ocorrem na sociedade. Do mesmo modo, submetido às tensões externas e internas, o processo de construção do estado é constante e contingente.

## Considerações finais

A verdadeira história do Brasil saiu da espada de guerreiros inclementes e sanguinários, da chibata dos mercadores de escravos, da rudeza de desbravadores belicosos e da ambição de nobres que encontraram no ambiente inóspito do Novo Mundo campo para enriquecer à margem da lei e do próprio mundo civilizado (Guaracy, 2015, p.169).

A conquista do território que veio a se tornar Brasil, durante os séculos XVI e XVII, foi o objeto de pesquisa de Thales Guaracy (2015) que recuperou os personagens e a violência desse processo. O Novo Mundo reproduzia de modo ainda mais livre o que ocorria na velha Europa.

Em relação ao processo extrativo, Wilma Peres Costa (2003) recupera o problema das taxações do Brasil colônia. A ordem jurídica, as formas fiscais e administrativas foram introduzidas como instrumentos de controle do poder imperial sobre o território.

rio, com a peculiaridade da organização de unidades políticas das capitanias com relativa autonomia política e arrecadadora. Mas, a autora destaca outra peculiaridade, uma vez que a extração apenas parcialmente se relacionava com a coerção,

embora as rendas advindas do mundo colonial fossem aplicadas no aparelhamento militar do território metropolitano, na colônia tendiam a predominar formas milicianas de prestação militar. [...] A colônia é sobretudo um negócio, a defesa [...] e todos os outros custos da sua manutenção devem ser reduzidos, tolerando-se as formas privadas e estimulando-se as formações milicianas e as formas prebendárias de administração da violência (Costa, 2003, p.151).

A insatisfação com a pressão extrativa da metrópole acarretou em revoltas, como a Revolução Pernambucana de 1817, e em concessões à elite da colônia na reforma pombalina, por exemplo. Apesar do aparato burocrático – as juntas fazendárias nas capitanias – e da possibilidade de parcela das rendas serem retidas pela elite colonial, não houve, na colônia portuguesa, nada parecido com a ideia da burguesia inglesa do “*no taxation without representation*”, que Alexander Hamilton no *Federalist Papers* reivindicou para a formação do estado americano: o poder e a legitimidade de impor tributos como uma dimensão crucial do *tax state* e do cidadão como contribuinte (Costa, 2003, p.178).

Na relação de Portugal com as colônias, prevaleceu o caráter patrimonial do estado português, ou seja, as colônias são propriedade da coroa. Paralelamente, na ausência do poder infraestrutural, o estado que se formava no Brasil era incapaz de taxar o comércio interno e coletar sobras provinciais que se tornavam instrumentos de enfrentamento dos poderes regionais, muitos com ambições separatistas, com o centro em formação. O Primeiro Reinado pouco avançou na construção de um sistema fiscal nacional, ao passo que na história parlamentar brasileira não existe um momento fundador de discussão sobre os impostos na perspectiva da fundação do estado e da cidadania. Havia contribuições e taxas, mas não havia o contribuinte como conceito e como militância; ou seja, mais uma contradição do ideário liberal do Império, reiterando, ao mesmo tempo, a ordem escravista e a natureza patrimonial da fiscalidade (Costa, 2003).

Estas são algumas pistas das questões abertas ao estudo do problema da relação entre os poderes despótico e infraestruturais do estado no Brasil contemporâneo. Se, como afirmou Tilly (1985, p.172), “[...] onde o processo de construção do estado não foi capaz de estabelecer o monopólio da violência legítima centralizado em todo o território, sobraram as formas de banditismo e de rivalidade entre gangues”, a ausência do poder infraestrutural do estado em partes do território brasileiro parece evidente. Seja no problema do garimpo ilegal na Amazônia, seja no controle do território das favelas das grandes cidades pelo crime organizado. Do mesmo modo, a fiscalidade como um problema da cidadania está por completar-se. E ainda, a figura do contribuinte é obscurecida pelo patrimonialismo e pela resistência das oligarquias, ainda não completamente submetidos ao poder despótico legítimo do estado.

Para concluir, considero oportuno reproduzir um trecho da entrevista de Charles Tilly à Angela Alonso e Nadya Araujo Guimarães. Pedindo sua opinião sobre ser comum entre os estudiosos das sociedades latino-americanas o argumento de que haveria um “legado da colonização” que perduraria, influenciando a sociedade, a economia, a cultura e a política, de modo a constituir uma rota distinta da europeia e da norte-americana, a resposta foi:

embora a América Latina tenha sido fortemente afetada pela sua histórica sujeição a formas de dominação espanholas, portuguesas, inglesas e norte-americanas, a ideia de explicar a experiência, para não falar de sua diversidade, latino-americana como pós-colonial choca por ser má estratégia intelectual. O livro *The other mirror*, de Centeno e López-Alves<sup>6</sup>, mostra que os estudiosos da América Latina têm muito mais recursos intelectuais à sua disposição (Alonso; Guimarães, p.26-73, 2004).

## Referências

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. **O corredor estreito. Estados sociedades e o destino da liberdade**. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2022.

ALONSO, A.; GUIMARÃES, N. A. **Entrevista com Charles Tilly. Tempo & Sociedade**. V.16, n.2, p.289-297, 2004.

BRINGEL, B. Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. **Sociologia e Antropologia**, V. 02, n.03, p.43-67, 2012.

CASTRO, I. E. O território e o poder autônomo do estado. Uma discussão a partir da teoria de Michael Mann. In: MENDONÇA, F.; SAHR, C. L. L.; SILVA, M. (Orgs.) **Espaço e tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba, ADEMADAN, 2009.

CASTRO, I. E. **Geografia e política. Território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, I. E. **Territorialidade das instituições, descentralização e os desafios para uma nova SUDENE**. SEMINÁRIO: SUDENE e o projeto nacional: um outro Nordeste para um outro Brasil, NDIHR – Núcleo de documentação e informação histórica regional. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2004.

COSTA, W. P. Do Domínio à Nação, impasses da fiscalidade no processo de Independência. In: I. J. (Org.). **A formação do Estado e da Nação Brasileira**. 1ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 2003, v. 1, p. 143-194.

GAMBLE, C. Os caçadores-coletores e a origem dos Estados. In: HALL, John (Org.)

---

6 Miguel Angel Centeno e Fernando López-Alves (Editores). *The Other mirror: grand theory through the lens of Latin America*. Princeton University Press, 2001.

**Os Estados na história.** Rio de Janeiro, Imago, 1992, p.36-73.

GOTTMANN, J. **La politique des États et leurs géographie.** Paris, Armand Colin, 1952.

GUARACY, T. **A Conquista do Brasil: 1500-1600.** Editora Planeta, 2015.

MANN, M. O poder autônomo do Estado: suas origens, mecanismos e resultados. In: Hall, J. (Org.). **Os Estados na história.** Rio de Janeiro: Imago, 1992, p.163-204.

MANN, M. **The sources of social power. The rise of classes and nation-states, 1760-1914.** Vol. II. Cambridge University Press, 2003.

MANN, M. The sources of social power revisited: a response to criticism. In: Hall, J. A.; Schroeder, R. **An autonomy of power. The social theory of Michael Mann.** Cambridge University Press, 2006, p.343-396.

O'DONNELL, Guillermo. Comparative Historical Formations of the State Apparatus and Socio-economic Change in the Third World. **International Social Science Journal**, 32, 1980, p.717-29.

OFFE, C. **Problemas estruturais do Estados capitalista.** Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda. 1984.

RATZEL, F. **Géographie politique.** Paris, Economica, 1988.

SKOCPOL, T. **States and social revolutions.** Cambridge University Press, 1979.

SKOCPOL, T. Bringing the State back in: Strategies of analysis in current research. In: EVANS, P.; RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. (Orgs.). **Bringing the State back in.** Cambridge University Press, 1985, p. 2-37

TILLY, C. War making and states making as organized crimes. In: Evans, P.; Rueschemeyer, D.; Skocpol, T. **Bringing the state back in.** 1985, p.169-191.

WEISS, L. Infrastructural Power, economic transformation, and globalization. In: HALL, J.A. e SCHROEDER, H. (Edits.). **An anatomy of power. The social theory of Michael Mann.** Cambridge University Press, 2006, p. 167-186.

# **SOBRE OS AUTORES**

## **André Roberto Martin**

Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (1977), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1984) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1993). Livre docente em Geografia Política (professor associado) da Universidade de São Paulo, desde 2007. Professor Titular de Geografia do mesmo Departamento desde 2017. Tem experiência nas áreas de Geografia Urbana, Regional e Política com ênfase em Geopolítica. Tem livros e textos publicados sobre Geografia Política, geopolítica e Geografia Regional, enfocando os temas do regionalismo, do federalismo, das fronteiras e da geo-política global.

## **Antonio Angelo Martins da Fonseca**

Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFBA), doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-doutor em Geografia pela Texas A & M University/Estados Unidos e pós-doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA.

## **Bruna Brito Bastos**

Mestra em Estudos de Fronteira, pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Graduada em Relações Internacionais pela UNIFAP. Pesquisadora com ênfase em Ciência Política, Geopolítica e Meio Ambiente. Participa do Grupo Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDDES - UNIFAP) que conta com colaboradores do Brasil e da França, buscando avaliar a relação entre a implementação de políticas territoriais com formas de se promover o desenvolvimento econômico e social, com especial atenção para a Região das Guianas.

## Christian Fernando Scaramella

É geógrafo e professor na Universidad de Buenos Aires (UBA) e na Facultad Latinoamericana de Ciencia Sociales (FLACSO – Argentina). Seu campo de pesquisa está centrada na Geografia Política e electoral, nas ferramentas quantitativas e na geo-computação. Além disso, trabalha como consultor no campo da opinião pública e do comportamento eleitoral.

## Daniel A. de Azevedo

Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Trabalha com a relação espaço político e democracia, e especial interesse em Geografia Eleitoral. Graduado, mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e realizou estágio em doutoramento em Washington D.C. (American University - Centro de Estudos sobre América Latina) e na Cidade do México (UNAM - Departamento de Geografia). Concluiu pós-doutorado na Universidad Nacional Autónoma de México. É fundador e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Democracia (Gepedem) e editor da Revista Espaço e Geografia (UnB).

## Dirceu Cadena

Possui graduação em Geografia pela UFPE (2009). Mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE (2012) e Doutor em Geografia pela UFRJ (2017), onde também realizou pós-doutorado no período de 2018-2020. Foi bolsista de Doutorado-Sanduiche na École des hautes études en sciences sociales (2015-2016). Atua como Professor Adjunto no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). É vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL), atuando na linha de pesquisa de Política da Paisagem e Política do Patrimônio Cultural.

## Iná Elias de Castro

Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o GEOPPOL - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território. Tem experiência na área de Geografia Política, desenvolveu estudos sobre o discurso político e o regionalismo na Região Nordeste. Atualmente pesquisa as relações entre o sistema político-institucional e o território, com foco nas escalas políticas e na democracia como problema conceitual e espacial. Nesta perspectiva emergiram as questões relativas ao espaço político e as diferentes formas que ele assume na

relação entre a política e a ordem espacial, o que tem estimulado aprofundamento teórico conceitual e também empírico sobre esses espaços políticos.

## Izan Reis de Araújo

Mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2017). Professor de Geografia. Atualmente é Co-Founder e CEO do International Institute for Geopolitics & Strategic Intelligence (IIGSI, USA). É Chairman do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI) criado em 2004. Editor Adjunto da Revista *Intellector*. É membro do Laboratório de Geografia Política- GEO-PO/USP. Tem experiência na área de Geografia Humana e Relações Internacionais com ênfase em geopolítica. Seus temas de interesse são: Ciber Security, Climate Change, Supply Chain, Análise dos Sistemas-Mundo, Defesa Nacional e inteligência Geoespacial. As suas pesquisas estão voltadas nas seguintes regiões: Movimentos Antissistêmicos na América Latina, África e Eurasia.

## Frédéric Monié

Geógrafo formado pela Universidade de Toulouse II (França) e Doutor em Geografia pela Universidade de Paris III Sorbonne Nouvelle (França). Atualmente professor do departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor visitante da Universidade Pedagógica de Maputo (UPM-Moçambique). Coordenador geral do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e editor chefe do Boletim GeoÁfrica.

## Guilherme Félix Machado Filho

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com experiência em pesquisa desde o Ensino Médio (CAp-UERJ/ICJr), bacharel e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), complementação pedagógica pela Universidade Candido Mendes (UCAM) e integrante do grupo de pesquisas GEOPPOL (Grupo de Pesquisa sobre Política e Território), que atua na área relacionada à Geografia Política e ciência política, principalmente sobre temas relacionados à manifestações, movimentos sociais, relação sociedade e Estado e espaço político.

## Gustavo Westmann

Graduado em direito e em relações internacionais, é mestre por Berkeley e doutor em política externa pela Jindal Global University, Índia. É autor do livro “Novos Olhares sobre a política Externa Brasileira”, e diretor dos documentários “Brasil, País do Presente” e “Via Sacra da Rocinha: Arte e Resistência na Favela”. Já foi Chefe dos Setores Econômico e Comercial das Embaixadas do Brasil na Itália, na Indonésia e na Índia. Atualmente ocupa a posição de Assessor Internacional da Secretaria-Geral da Presidência da República.

## Gutemberg de Vilhena Silva

Atual Diretor-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP). Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia. Realizou dois estágios de pós-doutorado: o primeiro pela Universidade de São Paulo (USP) com bolsa Capes-Pró/Defesa, em 2015, e o seguinte pela Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris 3, com Bolsa CNPq/Ciência Sem Fronteiras, em 2016. Pesquisador visitante na Brock University, Canadá (2019). Experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regional, trabalhando principalmente nos seguintes temas: Geografia Política, Relações internacionais e Transfronteiriças dos países que compõem as Guianas. Criou e coordena o grupo de pesquisa Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDS). Coordenador do Mestrado em Estudos de Fronteira (PPGEF) entre 2017 e 2019.

## Hervé Théry

Possui graduação em História (1972) e em Geografia (1973) pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), mestrado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1973), doutorado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1976) e Habilitation à diriger des recherches (Livre docência), pela Université Paris X Nanterre (1994). Atualmente é pesquisador emérito do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), professor da USP (Programa de pós-graduação em Geografia Humana, PPGH). Coordenador editorial da revista Confins Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia do Brasil, Geografia Política, cartografia temática, modelização gráfica.

## John Agnew

Professor da Universidade da Califórnia (UCLA). Graduado em Geografia e Política pela Universidade de Exeter (1970). Mestrado (1973) e doutor (1976) pela Ohio State University. Ganhador em 2019 do Prêmio Vautrin Lud, considerado o Nobel da Geografia. Suas principais obras são *Place and Politics* (1987), *The United States in the World Economy* (1987), *Geopolitics* (1998), *Making Political Geography* (2002), *Place and Politics in Modern Italy* (2002), *Hegemony* (2005), *Berlusconi's Italy* (2008, com Michael Shin), *Globalization and Sovereignty* (2009) e várias outras obras de grande divulgação.

## José Donizete Cazzolato

Com vasta experiência em Cartografia e Geoprocessamento, tem particular interesse pelas estruturas territoriais (divisão político-administrativa), toponímia e identidade geográfica. Atuou decisivamente na divisão distrital do município de São Paulo (lei 11220/92), e apresentou, na dissertação de mestrado, metodologia para divisão dos grandes municípios em bairros (instância territorial local). Nos anos seguintes, propôs um novo arranjo para a divisão macrorregional do Brasil (descaracterizada com a criação de Tocantins), e analisou a pertinência da regionalização do SUS. Em 2011 publicou “Novos Estados e a divisão territorial do Brasil - uma visão geográfica”, propondo um patamar técnico para o adequado enfrentamento das demandas emancipacionistas de nível estadual.

## José Guambe

Possui Doutorado em Geografia pela Universidade Pedagógica – Moçambique (2018). É atualmente professor da Universidade Pedagógica de Maputo. Membro da equipe de coordenação do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e do comitê editorial do Boletim GeoÁfrica.

## Juliana Nunes Rodrigues

É professora e pesquisadora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-2) e Jovem Cientista do Estado do Rio de Janeiro (JCNE - FAPERJ). Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Buenos Aires (UBA). Doutora em Geografia Política pela Université Jean Moulin Lyon 3, França, tendo realizado estágio em pesquisa no Instituto de

Sciences-Po, Paris. Coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Pactos Político-Territoriais e Desenvolvimento (NUPACT-UFF), junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Desde 2012, é editora da Revista GEOgraphia, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF.

## **Kevin Cox**

Bacharel em Geografia pela Universidade de Cambridge (1961), mestrado (1963) e doutorado (1966) na Universidade de Illinois. Professor Emérito na Ohio State University. Geógrafo político com fortes interesses nas políticas de desenvolvimento local e regional, na cidade, na história do pensamento geográfico e na África do Sul. Estou particularmente interessado em abordar estes tópicos usando uma estrutura de compreensão marxista.

## **Leonardo F. Mattos**

É Capitão de Mar e Guerra da Reserva da Marinha brasileira, com Mestrado em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval e Mestrado em Estudos Estratégicos pela UFF, e professor de geopolítica e coordenador do núcleo de avaliação da conjuntura da Escola de Guerra Naval. É o Editor Responsável pelo Boletim Geocorrente e Coordenador do Curso de Estratégia Marítima da FEMAR.

## **Luís Paulo Batista da Silva**

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009), mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017), com estágio sanduíche na University of East Anglia, Reino Unido. Atualmente é professor do departamento de Geografia e do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Concluiu estágio de pós-doutorado no departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). Membro das redes de pesquisa Waterlat/Gobacit, Rede de Pesquisa em Geografia (Socio)Ambiental - RP-G(S)A e Geografia das Águas no Brasil.

## Marcelo Alonso Morais

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento de Geografia do Colégio Pedro II e da Escola Alemã Corcovado. Pesquisa sobre as espacialidades das práticas religiosas, especialmente as umbandistas, a construção de espaço políticos por grupos religiosos e mediação didática inclusiva no Ensino de Geografia.

## Michel Foucher

Geógrafo, geopolítico e Diplomata francês. Diretor do IHEDN (Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional) desde 2009. Fundou o Observatório europeu de Geopolítica em Lyon, onde foi diretor até 1998. Colaborou com vários números da Revista *Herodote*, dirigida por Yves Lacoste. Foi Embaixador da França na Letônia (2002-2006). Autor de diversos livros dentre os quais o livro “Obsessão por fronteiras”, publicado no Brasil pela Radical Livros em 2009.

## Nora Mareï

Geógrafa, doutora pela Universidade de Nantes. Sua investigação centra-se nas relações entre a circulação de mercadorias e pessoas, infraestruturas de transportes e desenvolvimento territorial nas cidades europeias, mediterrânicas e ocidentais. Em uma abordagem geoeconômica, privilegia reflexões na escala macrorregional, cruzadas com áreas locais e metropolitanas, para apreender as dinâmicas contemporâneas de construção de territórios na globalização e também para analisar as convergências/divergências dos processos que marcam os territórios do Norte e do Sul.

## Pablo Ibañez

Doutor em Geografia Humana, com foco em Geopolítica, pela Universidade de São Paulo. Foi pesquisador junto à Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na avaliação das políticas industriais e de inovação. Esteve como pesquisador visitante na Universidade FUDAN, Xangai, responsável pela análise do papel da inovação tecnológica na expansão da *Belt and Road Initiative*. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde coordena o núcleo de Estado, Políticas Públicas e Instituições do Centro de Estudos Avançados.

## **Paulo E. A. S. Câmara**

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de Brasília (1999), mestrado em Botânica pela Universidade de Brasília (2002), mestrado em Ciências pela University of Missouri-Saint Louis (2005) e doutorado em “Plant Systematics and Evolution” pela University of Missouri-Saint Louis e Missouri Botanical Garden (2008). É ainda egresso da turma de 2017 da Escola Superior de Guerra. Atualmente é Professor Associado no departamento de Botânica da Universidade de Brasília. Coordena atualmente projeto de pesquisa no âmbito do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR. É membro do grupo de especialistas em Briofitas da IUCN e do comitê internacional de nomenclatura de Briofitas da IAPT. É ainda professor colaborador da Escola Superior de Defesa em Brasília.

## **Rafael Winter Ribeiro**

É professor de Geografia Política do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde coordena com Iná Elias de Castro o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL). Atua junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ (PPGG/UFRJ) e ao Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É editor da Revista Espaço Aberto e pesquisador do CNPq e da FAPERJ.

## **Rejane Rodrigues**

É professora na graduação e na pós-graduação do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. Líder do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Cidadania e Política no Ensino de Geografia, NECPEG, e editora da revista eletrônica Educação Geográfica em Foco. É Mestre e doutora pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi professora no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, CAP/UERJ, entre 1995 e 2022.

## **Ricardo Nogueira**

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas; possui mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1994) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2002).

Realizou estágio de Pós-doutoramento na Universidade de Brasília - UNB (2023) Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Amazonas, - Revista da Pós Graduação em Geografia da FURG; Boletim Gaúcho de Geografia; e Revista Uáquiri (UFAC) . Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regionalização, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento regional, fronteira, redes geograficas, Amazônia e meio ambiente.

## Stéphane Granger

Doutor em geografia pela Universidade de Paris 3-Sorbonne Nouvelle, com uma tese sobre as relações entre a Guiana francesa e o Brasil (2012). Mestre em planejamento urbano pela Universidade de Paris 10-Nanterre (1986). Professor de História e Geografia na Seção internacional brasileira do Liceu Melkior-Garré de Caiena e no Instituto de Formação dos Professores da universidade da Guiana Francesa (INSPE). Membro da comissão científica do OHM-Oyapock (CNRS, França), assume colaborações periódicas com o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras da UNIFAP (Macapá).

## Thiago Oliveira Neto

Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas UFAM, foi bolsista em projeto de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC, desenvolvendo atividades na área de Geografia Política/Geopolítica rodoviária na Amazônia. Realizou no ano de 2014 mobilidade estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina e no ano de 2017 cursou o segundo semestre da pós-graduação na USP. Atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, membro do Laboratório de Geografia Política GEOPO. Áreas de interesse: Geografia Humana; Geografia Humana da Amazônia; Geografia Política; Geografia regional; geografia, transportes e circulação; geopolítica.

## Yann Richard

Professor de Geografia da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Diretor da l'UFR de Geografia e do l'Institut de Géographie. Diretor-adjunto de l'UMR CNRS e membro do comitê editorial do periódico L'Espace Politique. Coordenador do grupo de trabalho "Integrações regionais no mundo" do laboratório Dynamite. Tem como temas de pesquisa a União Europeia, regionalização e integração regional, geopolítica e regionalização do mundo.

## Wanderley Messias da Costa

Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Possui Graduação em Geografia (1976), Mestrado em Geografia Humana (1982) e Doutorado em Geografia Humana (1991) pela Universidade de São Paulo. É Livre-Docente em Geografia Política junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É especialista em Geografia Política, Relações Internacionais, Meio Ambiente e Amazônia. Atualmente é Vice-Presidente da ABED - Associação Brasileira de Estudos de Defesa.